



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 153 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 26 de outubro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 834/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FELÍCIO DE LIMA SOARES para atuar no Mutirão de audiências da 2ª Vara Criminal da comarca de Palmas/TO, no dia 26 de outubro 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 835/2016

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça FELÍCIO DE LIMA SOARES para atuar nas audiências de precatórias da 4ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 25 de outubro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino
INTERESSADO: José Demóstenes de Abreu

DESPACHO Nº 483/2016 - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, o pedido formulado pelo Procurador de Justiça JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU para conceder-lhe 11 (onze) dias restantes de folga, a serem usufruídos no período de 24 de outubro a 03 de novembro de 2016, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2004/2005.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 24 de outubro de 2016.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 137/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido no Caop da Infância e Juventude, exposta no requerimento sob protocolo nº 07010143471201615, em 21 de outubro de 2016, da lavra do Dr. Sidney Fiori Júnior, Promotor de Justiça e Coordenador do CAOPIJ.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Sílvia Maria Albuquerque Soares, a partir do dia 21/10/2016, referentes ao período aquisitivo 2014/2015, marcadas anteriormente de 18/10/2016 a 05/11/2016, assegurando o direito de usufruto dos 16 (dezesesseis) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 24 de outubro de 2016.

Uílton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO Nº 002/2016

Processo nº.: 2016/0701/00416
DOADORA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins
DONATÁRIA: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins
OBJETO: O presente Termo de Doação tem por objeto a doação dos bens móveis relacionados na Solicitação de Baixa de Bem Patrimonial – SBBP 055/2016.

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até indeterminada.
ASSINATURA: 03/10/2016
SIGNATÁRIOS: Doadora: Clenan Renaut de Melo Pereira.
Donatária: Herbert Brito Barros

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral
P.G.J.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 11/11/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 043/16, processo nº 2016/0701/000401, objetivando o Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão e remarcação de bilhetes de passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional, visando prestações futuras, para

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

atender as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e do CESAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 25 de outubro de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2016-CE

A Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins em sua 207ª Sessão Extraordinária, realizada em 11/10/2016, para conduzir o processo eleitoral destinado à escolha do Membro do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, vaga única, eleito pelos Promotores de Justiça, de conformidade com o disposto no art. 24, da Lei Complementar nº 51/2008, resolve baixar as normas regulamentadoras do pleito, mediante as condições estabelecidas neste edital, a seguir transcritas:

1. DAS INSCRIÇÕES E IMPUGNAÇÕES. 1.1. As inscrições deverão ser dirigidas mediante requerimento ao Presidente da Comissão Eleitoral, via e-DOC, destinatário SCS – Secretaria do Conselho Superior, nos dias 01, 03 e 04/11/2016, sendo que no último dia poderão ser enviadas até às 18 horas. 1.2. Concorrerão à eleição os Procuradores de Justiça em exercício, conforme os termos dos art. 26 e 27, da Lei complementar nº 51/2008, que se inscreverem como candidatos à vaga. 1.3. Encerrado o prazo de inscrição a Comissão Eleitoral publicará imediatamente edital com a relação dos candidatos inscritos no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público Estadual, bem como no site do Ministério Público Estadual. 1.4. Eventuais impugnações deverão ser apresentadas no dia 07/11/2016, até às 15 h, e julgadas imediatamente pela Comissão Eleitoral, publicando-se até o final do expediente do mesmo dia a relação definitiva dos candidatos, em ordem alfabética.

2 - DA ELEIÇÃO. 2.1 No dia 08/11/2016, às 9 horas, a Comissão Eleitoral, reunida procederá a abertura do processo de votação eletrônica online no Plenário do Conselho e Colégio de Procuradores Sônia Maria Araújo Pinheiro. 2.2 As eleições serão encerradas às 17 horas.

3 – DO VOTO. 3.1 O voto será exercido pessoalmente, de forma secreta, pelo sistema de votação eletrônica online. 3.2. Poderão votar os Promotores de Justiça em atividade assim considerados os que estiverem nas condições do art. 24 c/c art. 253, III e IV, ambos da Lei Complementar nº 51/2008. 3.3 O voto será lançado, utilizando-se do login e senha cadastrado, no sistema ATHENAS do MPE/TO. 3.4 O eleitor, para iniciar à votação, selecionará, no menu, dentro da opção eleição, a “URNA DE VOTAÇÃO”, dando um duplo clique na opção “Eleição”, ou selecionando-a e clicando em iniciar votação. 3.5 O eleitor deverá marcar apenas uma opção desejada, clicando no botão para selecionar o nome do candidato. 3.6 Selecionando mais de um candidato o voto será nulo. 3.7 O eleitor poderá corrigir a escolha ao clicar a opção “LIMPAR” e repetir o processo novamente. 3.8 O eleitor digitará a senha do sistema novamente na opção “Digite a senha”, abaixo da escolha realizada, e confirmará o voto para finalizar a votação. 3.9 O Sistema Athenas, automaticamente, enviará confirmação de voto eletrônico para o e-mail institucional do eleitor.

4 – DA APURAÇÃO. 4.1 Encerrada a votação, o Presidente da Comissão Eleitoral abrirá o sistema Athenas e, com login e senha, selecionará, dentro do menu Eleição, e procederá a apuração dos votos clicando no botão “APURAR VOTOS”. 4.2 Ao final, emitida lista de apuração e contabilização, o Presidente da Comissão Eleitoral proclamará o nome do candidato mais votado. 4.3 O resultado da eleição será, imediatamente, divulgado no sítio do Ministério Público do Estado Tocantins, encaminhando-se cópia do resultado ao Procurador Geral de Justiça.

5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. 5.1 Eventuais omissões serão

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

decididas pela Comissão Eleitoral. 5.2 Das decisões da Comissão Eleitoral caberão, no prazo de 02 (dois) dias, recursos administrativos ao Conselho Superior do Ministério Público. 5.3. Será emitido automaticamente pelo sistema relatório circunstanciado de todo o processo eleitoral.

5.4 Revogam-se as disposições em contrário. 5.5 O presente ato entrará em vigor na data de sua publicação.

O presente edital foi expedido para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, sendo que será publicado no sítio do Ministério Público Estadual e uma via será afixada no "placard" da sede da Procuradoria Geral de Justiça. Palmas/TO, 21 de outubro de 2016.

Marcos Luciano Bignotti- Presidente

Célio Sousa Rocha – Membro

Wânia de Lima e Silva - Membro

EDITAL Nº 004/2016-CE

A Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua 206ª Sessão Extraordinária, para realizar o processo eleitoral de elaboração de lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça (Biênio 2017/2018), em cumprimento às normas regulamentadoras estabelecidas na Resolução nº 005/2016 – CSMP.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou que dele conhecimento tiverem que os nomes dos candidatos definitivamente ao pleito em referência, são os que seguem: Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira e Dr. José Demóstenes de Abreu.

O presente edital foi expedido para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, sendo que será publicado no sítio do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público, nos termos do artigo 5º da Resolução CSMP 005/2016, que normatizou a eleição, e do item 2.4, do Edital Nº 001/2016-CE, que a regulamentou. Palmas/TO, 25 de outubro de 2016.

Marcos Luciano Bignotti- Presidente

Beatriz Regina Lima de Mello - Membro

Gilson Arrais de Miranda – membro

EDITAL Nº 005/2016-CE

A Comissão Eleitoral designada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, em sua 206ª Sessão Extraordinária, para realizar o processo eleitoral de elaboração de lista tríplice destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça (Biênio 2017/2018), em cumprimento às normas regulamentadoras estabelecidas na Resolução nº 005/2016 – CSMP.

FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou que dele conhecimento tiverem que a relação dos eleitores em definitivo (Membros ativos, fornecida pelo Procuradoria Geral de Justiça) é a que segue em anexo.

O presente edital foi expedido para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, sendo afixada no sítio do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público Estadual, de acordo com o artigo 8º da Resolução CSMP 005/2016, que normatizou a eleição e item 3.3 do Edital Nº 001/2016-CE, que a regulamentou. Palmas, 25 de outubro de 2016.

Marcos Luciano Bignotti- Presidente

Beatriz Regina Lima de Mello

Gilson Arrais de Miranda

ANEXO ÚNICO AO EDITAL Nº 005/2016-CE

RELAÇÃO DE MEMBROS ATIVOS, LICENCIADOS E AFASTADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS		
Ord.	MEMBRO	SITUAÇÃO
1	Abel Andrade Leal Júnior	ATIVO (Licença saúde – 10 a 19/10/2016)
2	Adailton Saraiva Silva	ATIVO
3	Adriano César Pereira das Neves	ATIVO
4	Adriano Zizza Romero	ATIVO
5	Airton Amílcar Machado Momo	ATIVO
6	Alcir Raineri Filho	ATIVO
7	Alzemiros Wilson Peres Freitas	ATIVO
8	Ana Lúcia Gomes Vanderley Bernardes	ATIVO (Férias – 17/10 a 15/11/2016)
9	Ana Paula Reigota Ferreira Catini	ATIVO
10	André Ramos Varanda	ATIVO
11	André Ricardo Fonseca de Carvalho	ATIVO
12	Araína Cesarea Ferreira dos Santos D'alexandro	ATIVO (Férias – 10 a 24/10/2016)
13	Argemiro Ferreira dos Santos Neto	ATIVO
14	Bartira Silva Quinteiro	ATIVO
15	Beatriz Regina Lima de Mello	ATIVO
16	Benedicto de Oliveira Guedes Neto	ATIVO
17	Breno de Oliveira Simonassi	ATIVO
18	Cantionilton Pereira da Silva	ATIVO
19	Caleb de Melo Filho	ATIVO
20	Carlos Gagossian Júnior	ATIVO
21	Ceres Gonzaga de Rezende Caminha	ATIVO
22	Celsimar Custódio Silva	ATIVO
23	Célio Sousa Rocha	ATIVO
24	Clenan Renaut de Melo Pereira	ATIVO
25	Clenda Lúcia Fernandes Siqueira	ATIVO (Licença Saúde – 02/10 a 31/12/2016)
26	Cristian Monteiro de Melo	ATIVO (Férias – 13 a 27/10/2016)
27	Cristina Seuser	ATIVO
28	Cynthia Assis de Paula	ATIVO (Férias – 13 a 27/10/2016)
29	Daniel José de Oliveira Almeida	ATIVO
30	Décio Gueirado Júnior	ATIVO
31	Delveaux Vieira P. Júnior	ATIVO
32	Diego Nardo	ATIVO
33	Edson Azambuja	ATIVO
34	Elaine Marciano Pires	ATIVO
35	Eliana Curado Barbosa	ATIVO
36	Elizon de Sousa Medrado	ATIVO
37	Eurico Greco Puppio	ATIVO
38	Fábio da Fonseca Lopes	ATIVO (Licença Saúde – 23/09/2016 a 17/09/2016)
39	Fábio Vasconcellos Lang	ATIVO (Férias – 17 a 31/10/2016)
40	Felício de Lima Soares	ATIVO
41	Fernando Antônio Sena Soares	ATIVO
42	Flávia Souza Rodrigues	ATIVO
43	Francisco Jose Pinheiro Brandes Junior	ATIVO
44	Francisco Rodrigues de Souza Filho	ATIVO
45	Gilson Arrais de Miranda	ATIVO
46	Guilherme Cintra Deleuse	ATIVO
47	Guilherme Goseling Araújo	ATIVO
48	Gustavo Schult Junior	ATIVO
49	Isabelle Rocha Valença Figueiredo	ATIVO (Licença Saúde/Trânsito – 10 a 23/09/2016)
50	Jacqueline Borges Silva Tomaz	ATIVO
51	Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira	ATIVO (Férias – 13 a 27/10/2016)
52	João Edson de Souza	ATIVO
53	João Neumann Marinho da Nóbrega	ATIVO
54	João Rodrigues Filho	ATIVO
55	José Demóstenes de Abreu	ATIVO
56	José Eduardo Sampaio	ATIVO
57	José Maria da Silva Júnior	ATIVO
58	José Omar de Almeida Júnior	ATIVO
59	Juan Rodrigo Carneiro Aguirre	ATIVO
60	Juliana da Hora Almeida	ATIVO
61	Jussara Barreira Silva	ATIVO (Férias – 01 a 30/10/2016)
62	Kátia Chaves Gallieta	ATIVO
63	Konrad Cesar Resende Wimmer	ATIVO
64	Leila da Costa Vilela Magalhães	ATIVO

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

65	Leonardo Gouveia Olhe Blanck	ATIVO
66	Leonardo Valerio Pulis Ateniense	ATIVO
67	Lissandro Aniello Alves Pedro	ATIVO (Férias – 13/10 a 11/11/2016)
68	Luciano Cesar Casaroti	ATIVO (Afastado – Mandato classista)
69	Lucídio Bandeira Dourado	ATIVO
70	Luiz Antônio Francisco Pinto	ATIVO
71	Luiz Francisco de Oliveira	ATIVO
72	Luma Gomides de Souza	ATIVO
73	Marcelo Lima Nunes	ATIVO (Férias – 17 a 31/10/2016)
74	Marcelo Ulisses Sampaio	ATIVO
75	Márcia Mirele Stefanello Valente	ATIVO
76	Marco Antônio Alves Bezerra	ATIVO
77	Marcos Luciano Bignotti	ATIVO
78	Maria Cotinha Bezerra Pereira	ATIVO
79	Maria Cristina da Costa Vilela Bucar	ATIVO
80	Maria Juliana Naves Dias do Carmo	ATIVO
81	Maria Natal de Carvalho Wanderley	ATIVO
82	Maria Roseli de Almeida Pery	ATIVO
83	Mateus Ribeiro dos Reis	ATIVO (Férias – 19/10 a 17/11/2016)
84	Miguel Batista de Siqueira Filho	ATIVO
85	Milton Quintana	ATIVO
86	Moacir Camargo de Oliveira	ATIVO
87	Munike Teixeira Vaz	ATIVO (Licença maternidade – 19/06 a 15/12/2016)
88	Nilomar dos Santos Farias	ATIVO
89	Octaydes Ballan Júnior	ATIVO
90	Paulo Alexandre Rodrigues de Siqueira	ATIVO
91	Paulo Sérgio Ferreira de Almeida	ATIVO
92	Pedro Evandro de Vicente Rufato	ATIVO (Férias – 07 a 21/10/2016)
93	Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	ATIVO
94	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	ATIVO
95	Priscilla Karla Stival	ATIVO
96	Rafael Pinto Alamy	ATIVO
97	Reinaldo Koch Filho	ATIVO
98	Renata Castro Rampanelli Cisi	ATIVO
99	Ricardo Alves Peres	ATIVO
100	Ricardo Vicente da Silva	ATIVO
101	Roberto Freitas Garcia	ATIVO
102	Rodrigo Alves Barcellos	ATIVO
103	Rodrigo Barbosa Garcia Vargas	ATIVO (Afastamento preventivo)
104	Rodrigo Grisi Nunes	ATIVO
105	Rogério Rodrigo Ferreira Mota	ATIVO
106	Rui Gomes Pereira da Silva Neto	ATIVO
107	Ruth Araújo Viana	ATIVO
108	Sidney Fiori Júnior	ATIVO
109	Sterlane de Castro Ferreira	ATIVO
110	Tarso Rizo Oliveira Ribeiro	ATIVO (Férias – 06 a 20/10/2016)
111	Thais Cairo Souza Lopes	ATIVO
112	Thais Massilon Bezerra Cisi	ATIVO
113	Thiago Ribeiro Franco Vilela	ATIVO
114	Valéria Buso Rodrigues Borges	ATIVO
115	Vera Nilva Álvares Rocha	ATIVO
116	Vilmar Ferreira de Oliveira	ATIVO
117	Vinicius de Oliveira e Silva	ATIVO
118	Waldelice Sampaio Moreira Guimarães	ATIVO
119	Wânia de Lima e Silva	ATIVO
120	Weruska Rezende Fuso	ATIVO
121	Zenaide Aparecida da Silva	ATIVO

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 145/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ailton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 002/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades encontradas quando da elaboração do relatório de transição no Município de Santa Fé do Araguaia, em outubro de 2014, onde restou constatado o pagamento de obras sem a respectiva medição, abandono e deterioração de bens públicos, além de outras irregularidades;

INVESTIGADO(S): Município de Santa Fé do Araguaia/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 19 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 147/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ailton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 15/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: que os servidores do Hospital Regional de Araguaína em 2015 estariam recebendo vencimentos sem comparecer ao trabalho, ou que compareceriam ao trabalho no HRA em número de horas muito inferior ao previsto em razão de cumular o cargo com outros empregos no Instituto Oncológico, sendo listados pelo denunciante Gabriela Regina da Silveira, Tatiane Borges Freitas, Francisca Firmino Moreira dos Santos, Francisca Edineide de Souza Castro, Francisco Sávio Ribeiro e Andréia Ribeiro Couto Teixeira; INVESTIGADO(S): Servidores do Hospital Regional de Araguaína/TO LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 148/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ailton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 21/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: que no ano de 2014 o Prefeito Municipal de Araganã adquiriu 6.000 sacas de cimento e não as utilizou em obra pública, bem como realizou a locação do veículo Corsa placa OYC 4101 sem prévio procedimento licitatório, com indicativo de lesão aos princípios reitores da Administração e ao patrimônio público; INVESTIGADO(S): Prefeito Municipal de Araganã/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 149/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: Ailton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça. FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 22/2015.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: que nos anos de 2014 e 2015 o Prefeito Municipal de Carmolândia enriqueceu ilícitamente, na medida em que se utilizou de servidor público (vigia) em proveito particular, desviando o serviço de guarda patrimonial dos prédios públicos para que tais servidores realizassem a guarda patrimonial de sua residência;
 INVESTIGADO(S): Prefeito Municipal de Carmolândia/TO.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA Nº.: 150/2016/6ªPJ
 INVESTIGANTE: Airtton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça.
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
 ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 25/2015.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: o servidor da ADAPEC em Araguaína Wesley Cavalcante foi irregularmente dispensado do serviço público para trabalhar na campanha eleitoral de Jaime Café, ex Secretário Estadual de Agricultura, e por dois meses recebeu dos cofres públicos para realizar serviço particular na cidade de Lagoa da Confusão;
 INVESTIGADO(S): servidor da ADAPEC em Araguaína Wesley Cavalcante
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA Nº.: 151/2016/6ªPJ
 INVESTIGANTE: Airtton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça.
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
 ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 10/2014.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na contratação do transporte escolar pelo Município de Araguaína nos anos de 2013 e 2014, em que os contratados teriam recebido valor superior ao normalmente praticado e amigos do gestor foram favorecidos, recebendo dos cofres públicos pelo transporte escolar em rotas inexistentes;
 INVESTIGADO(S): Município de Araguaína
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA Nº.: 152/2016/6ªPJ
 INVESTIGANTE: Airtton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça.
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
 ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 11/2014.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na compra de votos nas eleições de 2012 e que constituem o objeto da ação de investigação eleitoral 761-50.2012.6.27.0034, atribuídas a Fleuri José Lopes e outros;
 INVESTIGADO(S): Fleuri José Lopes e outros.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 PORTARIA Nº.: 154/2016/6ªPJ
 INVESTIGANTE: Airtton Amilcar Machado Momo, Promotor de Justiça.
 FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei n. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.
 ORIGEM: Conversão da Notícia de Fato 14/2014.
 FATO(S) EM APURAÇÃO: com base no ofício 003/2014-5ªPJ/ARN, o qual encaminhou ofício 010/2014 do Conselho Municipal de Saúde de Muricilândia informando possível lesão ao erário municipal em face do descumprimento reiterado da carga horária pelas equipes do PSF em Muricilândia no ano de 2013;
 INVESTIGADO(S): Servidores do Pronto Socorro de Muricilândia/TO.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 22 de outubro de 2016.

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 094/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
 Portaria Nº.: 094/2016.
 Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014) / Regime estatutário (10220). Nepotismo (10881)
 Objeto: Apurar suposto caso de nepotismo por parte do atual gestor do município de Abreulândia/TO.
 Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO.
 Representante(s): TCE/TO.
 Representado(a)(s): Prefeito de Abreulândia/TO, Sr. Marivaldo Dias Lima.
 Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.
 Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.
 Documento de Origem: NF nº 040/2016 – 4ª PJ/TO.
 Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 18/10/2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTE ALTA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
 PORTARIA Nº.: 08/2016
 INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins – Promotor: Leonardo Valério Pulis Ateniense.
 FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III da Constituição Federal; Artigo 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93; Artigo 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e Artigo 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 51/08;.
 ORIGEM: instaurada de ofício
 FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta contaminação dos insumos utilizados na confecção da merenda escolar municipal mediante a atuação de ratos que estariam infestando o depósito situado no prédio da Secretaria Municipal de Educação localizada em frente a praça Capitão Antonio Mascarenhas.
 INVESTIGADO: Município de Ponte Alta do Tocantins – TO.
 LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Ponte Alta do Tocantins/TO, 24 de outubro de 2016.